

Editorial

Nesta edição n. 63 da *Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos*, temos a honra de contar com a participação do Professor José Calvo González, da Universidade de Málaga, Espanha, escrevendo sobre o jurista russo Anatoliï Fedorovich Koni, que analisa, por um lado, as reflexões jurídicas a partir de textos literários, e, por outro, as potencialidades das categorias jurídicas na criação literária. Também os Professores da Universidad del Cauca, José Luis Grosso e Oscar Andrés López Cortés, pensam como a crítica ao Direito moderno pode ser percebida em um contexto colonial mediante a revalorização da dimensão antropológica do mito.

Logo após, Julio Cesar de Sá Rocha, da Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, e Ricardo Oliveira Rotondano, da Faculdade Ruy Barbosa, refletem sobre a necessidade de limitação da discricionariedade administrativa a partir da Teoria da Discricionariedade Mínima. Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk e Felipe Frank, ambos da Universidade Federal do Paraná, argumentam sobre a necessidade da relativização entre os planos do Direito Real e do Direito Obrigacional para ressignificar os conceitos de posse e de propriedade a partir da função social. Em seguida, Sandra Regina Martini Vial, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, e Ricardo Menna Barreto, da Universidade Luterana do Brasil, analisam a pluralidade maquinímica na formação de um ciberespaço e suas implicações no Ciberdireito. Em seguida, Mário Lúcio Quintão Soares e Mércia Cardoso de Souza, ambos da Pontifícia Universidade Católica – Minas Gerais, debatem o tráfico de pessoas no âmbito do Mercosul e as medidas adotadas nessa esfera para proteção e promoção dos direitos das pessoas traficadas. Já José Manuel Aroso Linhares, da Universidade de Coimbra, e Ana Carolina de Faria Silvestre, da Universidade de Coimbra e Facul-

dade de Direito do Sul de Minas, argumentam sobre o papel eminentemente criativo do juiz, a necessidade de repensar esse papel e a função jurisdicional em tempos de protagonismo judicial. Janaína Rigo Santin e Thaís Dalla Corte, ambas da Universidade de Passo Fundo, discorrem a necessidade da tutela ambiental e também dos cidadãos a partir da Ação Popular Ambiental. Da Universidade de Caxias do Sul, Sérgio Augustin, Maria de Fátima Schumacher Wolkmer e Angela Almeida avaliam as possibilidades de efetivação dos direitos de participação e de acesso ao Poder Judiciário, tendo como pressuposto a informação e a educação ambiental. O artigo de José Isaac Pilati, Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, ocupa-se da dimensão filosófica na reconstrução paradigmática da Pós-Modernidade. Argemiro Cardoso Moreira Martins e Larissa Mituzani, ambos da Universidade de Brasília, escrevem sobre como a categoria “minoría” é articulada nas decisões do Poder Judiciário, concebendo-a como uma necessidade de consolidação dos valores democráticos da Constituição. Rafael Peteffi da Silva, Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, visa, com seu artigo, diminuir a falta de clareza conceitual sobre a modelagem jurídica triangular típica dos danos reflexos ou por ricochete. Concluindo a edição, Maria Lírida Calou de Araújo e Mendonça, da Universidade de Fortaleza, Germana Parente Neiva Belchior, da Universidade Federal de Santa Catarina, e Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, também da Universidade de Fortaleza, trazem reflexões sobre os desafios e as perspectivas do STF no que se refere à imunidade dos livros eletrônicos.

Uma excelente leitura a todos!

Luiz Henrique Urquhart Cademartori
Editor